



TRIBUNA DO BRASIL

DF - Ciocada

Projeto para Estrutural

20 ABR 2004

MORADORES COMEMORAM APROVAÇÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL, QUE GARANTE A PERMANÊNCIA DOS HABITANTES NO LOCAL E A RETIRADA DO LIXÃO

Ana Paula Galli

“Queremos morar legal, respeitando o meio ambiente”. Esse é conteúdo de um dos vários cartazes expostos na tarde de ontem, pelos mais de 800 moradores da Estrutural, presentes em audiência pública realizada no ginásio de esportes do Cruzeiro. A principal finalidade era ouvir a conclusão alcançada pelo Estudo de Impacto Ambiental da área, encomendado em julho do ano passado pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh). Para a felicidade dos mais de 25 mil moradores, foi decidido pelo estudo que a melhor opção é manter os moradores no local, só que

de forma ordenada.

Estavam presentes no evento, o secretário da Semarh, Pastor Jorge Pinheiro, e a secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Ivelise Longhi, que receberá o estudo logo em seguida à audiência para desenvolver o projeto urbanístico da cidade. “Em no máximo 60 dias o projeto estará pronto”, promete. De acordo com Pastor Jorge, o prazo para o início das obras de infraestrutura ficará entre um ano e um ano e meio.

Mas todo benefício tem o seu custo. Condições e limites impostos pelo estudo ambiental terão de ser respeitados. De acordo com o especialista Antônio Valério, responsável pelo estudo, vários barracos próxi-

mos ao lixão terão que ser relocados por causa do risco de serem soterrados, devido à instabilidade dos montes de lixo. Os próximos ao poliduto que atravessa a invasão sofrem com o perigo de vazamento que pode vir a causar acidentes, também terão que mudar de local. Ivelise Longhi garantiu que a retirada será pacífica. “Já realizamos esse tipo de operação em outros locais, como o Varjão, sempre com o consentimento dos moradores, nunca de forma arbitrária”, afirmou.

Outra decisão e uma das mais festejadas pelos moradores presentes foi a divulgação do especialista de que o lixão terá de ser desativado e removido o mais breve possível. “Não existe mais a possibilidade de

continuar abastecendo o lixão, ele está completamente exaurido, além de não existir mais terra disponível próximo ao local para jogar em cima. Se continuar, ele ficará a céu aberto causando um enorme prejuízo à saúde dos moradores e ao meio ambiente”, conclui.

Mas nem tudo foi festa. Durante o espaço disponibilizado pelos responsáveis para que os moradores subissem ao palco e falassem, o professor universitário Gustavo Souto Maior declarou sob vaias da platéia que os dirigentes queriam manipular os presentes e que a audiência pública poderia ser cancelada a qualquer momento pelo Ministério Público, devido à não obediência da lei distrital nº 41, art. 15, que diz ser ne-

cessária a disponibilização do Estudo de Impacto Ambiental 30 dias antes para a população. De acordo com o subsecretário de Recursos Hídricos, Pedro Celso, o estudo não só foi disponibilizado durante um mês aos interessados como também publicado durante três dias seguidos no Diário Oficial do DF.

Logo em seguida entrou em cena o ambientalista César Victor, coordenador do Fórum das ONGs Ambientais do DF, alegando que, se houvesse a regularização da Estrutural, o fato iria abrir caminho para outras invasões também serem regularizadas, o que resultaria em uma enorme perda ao meio ambiente local. Novamente vaias.



No caminho da legalização

A vontade das mais de seis mil famílias de que a invasão da Estrutural se transformasse em uma cidade legalizada sempre esbarrou em obstáculos. De acordo com o morador Vicente de Moura, o maior deles era a falta de um estudo ambiental. “Toda vez que a gente pedia para um político a possibilidade de nós nos legalizarmos era sempre a mesma desculpa, de que sem uma autorização ambiental eles não poderiam fazer nada”, explica o morador, que reside no local desde 1987.

Mas o alívio de pensar que agora eles têm o aval da secretaria e o amparo de um estudo ambiental faz a expressão de indignação presente no rosto do paraibano se transformar em um sorriso de satisfação. “Agora, as coisas vão ser diferentes. Finalmente, temos uma ação que, se Deus quiser, nos trará resultados. Somos mais do que vencedores”, comemora.

Ismael de Oliveira Caetano, prefeito comunitário da invasão e um dos líderes, não divide a mesma opinião de Vicente. Para

ele, a aprovação do Estudo de Impacto Ambiental não passa de mais um documento. “Sofremos com um problema grave, que identifiquei como uma sobrecarga de documentos. Um exemplo claro são as leis que nos apóiam, mas de que adianta tanto documento, se nada é efetivamente realizado”, pergunta-se o líder e morador da Estrutural há dez anos. “O que nós mais precisamos são realizações. Queremos que os documentos sejam revertidos em obras, para que na próxima

temporada de chuvas possamos andar pelas ruas e trabalhar sem atolarmos na lama e para evitar as enchentes, que acabou matando uma criança nesse ano”, finaliza.

Um dos fundadores da Estrutural, João Joaquim Batista, é um importante nome entre os moradores. Satisfeito com a conclusão do relatório ambiental, João está confiante. “Desde o dia 28 de fevereiro de 1995, quando fundamos a Estrutural, lutamos por isso. Nossa hora chegou e com ela a

justiça. Agora é só aguardar”, ressalta o morador. (A.P.G.)